



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS
SETOR DE CONTABILIDADE

RESUMO CONTÁBIL

Natal, 16 de dezembro de 2025.

CODERN
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
AUTORIDADE PORTUÁRIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
SETEMBRO DE 2025



The background image shows a large cargo ship docked at a port. In the background, there is a cable-stayed bridge. The sky is clear and blue.

CODERN
AUTORIDADE PORTUÁRIA

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	150.259	122.086
Contas a Receber	5	40.567	36.312
Contas a Receber - Clientes		981	4.960
Contas a Receber - Arrendamentos/Outorgas		39.586	31.352
Estoques	6	851	1.158
Tributos a Compensar	7	11.526	9.541
Despesas Antecipadas		73	10
Outros Créditos	8	1.991	3.460
Total do ativo circulante		205.267	172.567
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	9	135.984	148.548
Contas a Receber - Outorgas		115.659	131.688
Depósitos/Bloqueios judiciais e Contratuais		20.325	16.860
Investimentos		30	30
Imobilizado Líquido	10	163.932	166.286
Intangível		9	9
Total do ativo não circulante		299.955	314.873
Total do Ativo		505.222	487.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Passivo a descoberto	Nota	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Circulante			
Fornecedores	11.a	1.909	2.108
Obrigações Trabalhistas	12	4.433	2.684
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	13	39.752	147.307
Contas a Pagar	11.b	286	253
Outros Passivos	14	1.710	2.786
Receitas Antecipadas	15	83.096	83.913
Total do passivo circulante		131.186	239.051
Não Circulante			
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	13	76.283	69.086
Provisão para contingências	16	28.826	82.316
Convênios	18	5.433	5.433
Créditos para aumento de capital	20.a	418.887	379.816
Receitas Antecipadas	15	146.423	146.043
Total do passivo não circulante		675.852	682.694
Total do passivo		807.038	921.745
Passivo a descoberto			
Capital Social	19	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22	58.280	30.053
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	20.b	92.435	76.435
Prejuízos acumulados	21	(885.374)	(973.637)
Total do passivo a descoberto		(301.816)	(434.305)
Total do Passivo e Passivo a descoberto		505.222	487.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em setembro de	
		2025	2024	2025	2024
Receita Líquida dos serviços	23	72.263	69.404	17.993	
Custos operacionais	24	(32.617)	(27.956)	(11.359)	
Lucro Bruto		39.646	41.448	6.634	
(Despesas)/Receitas operacionais		32.372	(52.593)	3.056	
Despesas administrativas e gerais	25	(31.882)	(28.223)	(11.552)	
Despesas com provisão de perdas estimadas sobre créditos	26	(144)	78	189	
Despesas tributárias		(1.053)	(734)	(345)	
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	27	50.388	(24.493)	1.065	
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	10		65		
Outras (despesas)/receitas operacionais	28	15.063	714	13.699	
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		72.018	(11.145)	9.690	
Receitas financeiras	29	69.927	7.990	4.662	
Despesas financeiras	29	(53.461)	(41.809)	(17.101)	
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		88.484	(44.964)	(2.749)	
IRPJ e CSLL		-		-	
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	21.b	88.484	(44.964)	(2.749)	
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		0,0000	-	0,0000	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
		2025	2024	2025	2024
Resultado do período		88.484	(44.964)	(2.749)	(37.275)
Outros Resultados Abrangentes					
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	22	28.227	2.482	(12.987)	(33)
Resultado Abrangente Consolidado do período		116.711	(42.482)	(15.736)	(37.308)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 19)	Adiantamentos para Aumento de Capital (Nota 20.b)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 22)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados (Nota 21.b)	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2023		432.843	69.635	23.652	(935.628)	(409.498)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	20.b		6.800			6.800
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.a				72	72
Lucro/Prejuízo líquido do período	21.b				(44.964)	(44.964)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22			2.482		2.482
Em 30 de setembro de 2024		432.843	76.435	26.134	(980.520)	(445.108)
Mutações do período		-	6.800	2.482	(44.892)	(35.610)
Em 31 de dezembro de 2024		432.843	76.435	30.053	(973.637)	(434.305)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	20.b		16.000			16.000
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.a				(221)	(221)
Lucro/Prejuízo líquido do período	21.b				88.484	88.484
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22			28.227		28.227
Em 30 de setembro de 2025		432.843	92.435	58.280	(885.374)	(301.816)
Mutações do período		-	16.000	28.227	88.263	132.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/Prejuízo do período	21.b	88.484	(44.964)
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e amortização	10	9.547	8.660
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos	10	-	(65)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22	28.227	2.482
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.a	(221)	72
Provisões (reversão) para contingências judiciais	27	(50.388)	24.493
Provisões (reversão) para perdas com créditos esperadas	26	144	(78)
Despesas de atualização monetária	29	39.071	30.119
Baixas de Imobilizado	10	128	76
Redução (Aumento) de Ativos			
Contas a receber	5	(4.400)	1.355
Estoques	6	307	1.519
Tributos a Compensar/Recuperar	7	(1.985)	(5.001)
Despesas antecipadas		(63)	(58)
Outros créditos	8	1.469	(334)
Outros ativos não circulantes	9	12.564	(11.525)
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	11.a	(199)	(374)
Obrigações Trabalhistas	12	1.749	1.549
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	13	(100.358)	9.823
Receitas Antecipadas	15	(437)	(6.059)
Outras Obrigações	11.b/14	(1.043)	(404)
Outros passivos não circulantes	16/18	(3.102)	(723)
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		19.494	10.563
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	10	(7.321)	(2.021)
Aquisições do Intangível			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.321)	(2.021)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Crédito para aumento de capital		16.000	6.800
Caixa líquido das atividades de financiamento		16.000	6.800
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		28.173	15.342
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	122.086	101.091
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	150.259	116.432
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		28.173	15.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
		2025	2024
1 Receitas		94.129	78.060
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	23	79.205	76.867
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	(144)	78
1.3 Outras Receitas	28	15.068	1.115
2 Insumos adquiridos de terceiros		26.900	(42.743)
2.1 Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	24/25	(11.378)	(8.330)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	24/25/28	(12.104)	(9.974)
2.3 Perda / Recuperação de valores ativos		(6)	54
2.4 Provisões para Contingências (Reversão/Constituição)	27	50.388	(24.493)
3 Valor adicionado bruto		121.029	35.317
4 Retenções		(9.547)	(8.660)
4.1 Depreciação e amortização	24/25	(9.547)	(8.660)
5 Valor adicionado líquido		111.482	26.657
6 Valor adicionado recebido em transferência		69.927	7.990
6.1 Receitas financeiras	29	69.927	7.990
7 Valor adicionado a distribuir		181.409	34.647
8 Valor adicionado distribuído		181.409	34.647
8.1 Pessoal		27.833	25.979
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais	24/25	19.316	18.671
8.1.2 Benefícios	24/25	6.605	5.718
8.1.3 FGTS	24/25	1.912	1.590
8.2 Impostos, taxas e contribuições		11.631	11.823
8.2.1 Federais		11.439	11.140
8.2.2 Estaduais		5	3
8.2.3 Municipais		187	680
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		53.461	41.809
8.3.1 Juros e Correção Monetária	29	53.461	41.809
8.4 Remuneração de capitais próprios		88.484	(44.964)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do período	21.b	88.484	(44.964)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº 001/2020, celebrado entre o Ministério da Infraestrutura e a CODERN, em 23.06.2020. Em 10/09/2024, foi celebrado o novo Convênio de Descentralização 001/2024, com duração de 360 dias. Em 15/08/2025, foi prorrogado o prazo de vigência do Convênio de Descentralização nº 001/2024, por 01 (um) ano, a partir de 06 de setembro de 2025 com vigência até 06/09/2026.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, sal, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis são preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R4) - Demonstrações Intermediárias (IAS 34).

A administração autorizou a emissão das referidas demonstrações contábeis na data de 01/12/2025, sendo estas o reflexo fidedigno da posição patrimonial, financeira e dos resultados da entidade, de acordo com as premissas de continuidade operacional e os critérios contábeis adotados.

A CODERN, apesar dos desafios enfrentados nos últimos anos, tem implementado ações para recuperar sua estabilidade financeira e operacional. O arrendamento do Terminal Salineiro em 2022 e a saída do principal armador do Porto de Natal em 2023 afetaram as receitas, mas as perdas foram mitigadas pela redução de custos operacionais e a busca por novas oportunidades. A expectativa para 2025 é de um aumento de 26% na receita operacional do Porto de Natal, impulsionado pela retomada de cargas e arrendamentos previstos. Além disso, investimentos estruturantes no porto visam atrair mais clientes e aumentar a capacidade operacional.

Outra ação em desenvolvimento pela Companhia diz respeito ao processo de arrendamento da área denominada “NAT01”, para a exportação de granéis sólidos minerais. A perspectiva é que, a partir de 2027, a empresa já possa auferir receitas fixas, e, em 2028, se inicie a movimentação de cargas, na qual se espera que, quando a operação estiver ocorrendo de maneira integral, a movimentação do Porto de Natal cresça 360%, quando comparado ao desempenho operacional atual.

No que diz respeito a cisão do Porto de Maceió, prevista para 2026, foi identificada como uma oportunidade estratégica, uma vez que a gestão do porto já é autônoma e a nova companhia, CODAL, proporcionará à CODERN o recebimento de dividendos. A CODERN está, portanto, adotando medidas para fortalecer sua continuidade operacional, com foco na recuperação das receitas e expansão de suas atividades, sem comprometer sua estabilidade financeira.

As informações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o período findo em 30 de setembro de 2025 a Companhia apresenta lucro no montante de R\$ 88.484 mil. Os lucros durante este período foram principalmente atribuídos à reversão de provisão para contingências judiciais e administrativas, no montante de R\$ 50.729 mil e registro de deságio obtido com a negociação do TCD junto a entidade de previdência complementar - Portus, no montante de R\$ 56.628 mil. O prejuízo acumulado do período totaliza R\$ 885.374 mil (R\$ 973.637 mil em 31/12/2024), esse valor resulta da incorporação do lucro do período de R\$ 88.484 mil, juntamente com os ajustes efetuados diretamente no Patrimônio Líquido (PL) no montante de R\$ -221 mil, estes ajustes são abordados na Nota Explicativa de número 21.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As políticas contábeis materiais, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	30/09/2025	31/12/2024
Recursos em bancos	559	1.160
Fundo Rotativo	17	7
Recursos do Tesouro - SIAFI	39.218	21.478
Aplicações financeiras	110.465	99.441
Total de caixa e equivalentes de caixa	150.259	122.086

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 11,16% no período, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado.

5.Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes de Outorgas de Arrendamentos, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a períodos anteriores, apresentando saldos assim especificado:

Clientes e contas a receber	30/09/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	9.167	12.991
Contas a receber de arrendamentos e outorgas	39.586	31.352
Menos: Perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa - clientes	(8.186)	(8.031)
Total Contas a Receber	40.567	36.312

Os valores referentes às outorgas dos contratos de arrendamentos foram atualizados monetariamente com base no índice IPCA.

6. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Material de consumo permanente Sede	209	349
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	527	527
Material de consumo permanente Maceió	115	282
Total	851	1.158

7. Tributos a Compensar

Refere-se a tributos retidos na fonte sobre aplicações financeira ou de serviços prestados pela Companhia, créditos de PIS e COFINS sobre compras ou serviços tomados da operação, além de tributos pagos a maior em períodos anteriores.

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Tributos Retidos na Fonte	3.445	1.467
Tributos sobre Compras e Serviços a Recuperar	13.462	13.455
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	7	7
(-) Provisão de perda s/ tributos a Recuperar	(5.388)	(5.388)
Total	11.526	9.541

8. Outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias, assim como do Porto de Recife. Os saldos estão apresentados a seguir:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Adiantamentos	734	577
Outros Valores a receber	458	2.026
Servidores Cedidos	84	111
Valores a Receber de Terceiros	2.931	2.962
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.216)	(2.216)
Total Devedores Diversos	1.991	3.460

9. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores a serem realizados em prazo superior a 12 (doze) meses, referentes a depósitos judiciais e contratuais, bloqueios judiciais e créditos de outorgas a receber decorrentes de contratos de arrendamento, conforme detalhamento a seguir.

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Contas a receber de outorgas - Arrendamentos	115.659	131.688
Depósitos/Bloqueios Judiciais e Contratuais	22.462	18.977
(-) Prov. Depósitos/Bloqueios Judiciais	(2.137)	(2.117)
Total	135.984	148.548

Conforme nota explicativa nº 12, a Codern Sede e o Porto de Maceió vêm realizando depósitos judiciais referentes às diferenças das alíquotas de PIS e COFINS, em razão de processo judicial que pleiteia o reconhecimento da imunidade tributária dos Portos. As referidas diferenças decorrem da divergência entre o regime não cumulativo e o regime cumulativo de apuração das contribuições.

10. Imobilizado líquido

A seguir, apresenta-se a composição dos saldos, bem como a conciliação entre os valores contábeis registrados no início e no final do período.

Descrição	Custo em 30/09/2025	(-) Depreciação em 30/09/2025	(-) Ajuste ao valor recuperável em 30/09/2025	Saldo Líquido em 30/09/2025	Saldo Líquido em 31/12/2024
Bens em Operação	622.046	(272.266)	(266.345)	83.435	84.391
Bens Administração	113.360	(29.973)	(69.004)	14.383	15.030
Bens de Terceiros	69.394	(3.657)	0	65.737	66.533
Imobilizado em Andamento	376	0	0	376	332
Total	805.176	(305.896)	(335.349)	163.932	166.286

Discriminação	Saldo em 31/12/2024	(+/-) Adições/ Transf.	(+/-) Baixas/ Ajustes	(-) Depreciação	(-) Ajuste ao valor recuperável	Saldo em 30/09/2025
Bens em Operação	84.391	7.238	(115)	(7.838)	(241)	83.435
Infraestrutura Marítima	15.211	6.328	(33)	(1.634)	0	19.874
Infraestrutura Acostagem	59.002	0	(54)	(3.211)	0	55.736
Infraestrutura Terrestre	0	0	0	0	0	0
Armazenagem	172	0	(0)	(11)	0	161
Equipamentos	10.005	910	(27)	(2.983)	(241)	7.664
Bens Administração	15.030	328	50	(977)	(47)	14.383
Terrenos	96	0	0	0	0	96

Edifícios e Benfeitorias	11.995	223	(1)	(642)	(47)	11.529
Instalações	2.109	0	(0)	(109)	0	1.999
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	266	18	11	(58)	0	237
Equipamentos de Informática	65	15	(5)	(24)	19	71
Móveis e Utensílios	197	63	45	(18)	(19)	269
Veículos	5	0	(1)	(7)	0	(3)
Ferramentas	24	0	(0)	(7)	0	17
Peças e Conjuntos de Reposição	273	8	0	(112)	0	169
Bens de Terceiros	66.533	0	(80)	(717)	0	65.737
Infraestrutura Marítima	2.861	0	(7)	(61)	0	2.793
Infraestrutura Acostagem	58.300	0	(69)	(618)	0	57.614
Terminal de Passageiros	5.373	0	(4)	(38)	0	5.331
Imobilização em Curso	332	(244)	0	0	288	376
Total	166.286	7.321	(145)	(9.531)	0	163.932

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2024, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

UGC Terminal Salineiro de Areia Branca;
UGC Porto de Natal;
UGC Terminal de Passageiros;
UGC Porto de Maceió.

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2024	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Saldo em 30/09/2025
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	172.967	0	0	172.967
UGC Porto de Natal	97.628	0	0	97.628
UGC Terminal de Passageiros	47.498	0	0	47.498
UGC Porto de Maceió	17.256	0	0	17.256
Total	335.349	0	0	335.349

11. Fornecedores e Contas a pagar

a) Fornecedores

Valores correspondentes a fornecedores de materiais e prestadores de serviços:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Fornecedores de bens e materiais	1.340	1.683
Fornecedores de serviços	569	425
Total fornecedores	1.909	2.108

b) Contas a pagar

Os valores de contas a pagar correspondem a valores a pagar para concessionárias de serviços essenciais, empregados, estagiários e terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Energia Elétrica	256	239
Telefone	2	4
Empregados	20	7
Terceiros	8	3
Total contas a pagar	286	253

12. Obrigações trabalhistas

Os valores de obrigações trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, provisões de férias e 13º salários e outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Salários e Remunerações a Pagar	6	6

Provisão para Férias	2.677	2.391
Provisão para 13º Salário	1.434	0
Outras Obrigações Trabalhistas	316	287
Total obrigações fiscais e trabalhistas	4.433	2.684

13. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os valores de obrigações fiscais e previdenciárias reconhecidos no passivo circulante e não circulante compreendem valores relativo a INSS, FGTS, Plano de Previdência Complementar, Tributos correntes ou parcelados, entre outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Encargos Sociais e Previdenciários	32.441	139.599
INSS a Pagar	27.048	21.821
FGTS a pagar	150	391
Plano de Previdência Complementar	5.121	116.959
INSS - Autônomos	17	301
INSS - Terceiros	105	127
Obrigações Fiscais	7.311	7.708
Tributos Federais a Recolher	2.377	2.944
Tributos Federais - Terceiros	0	0
Parcelamentos Fiscais - Federais	3.192	3.047
Tributos Municipais	427	402
Parcelamentos Fiscais - Municipais	1.315	1.315
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Circulante	39.752	147.307

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Encargos Sociais e Previdenciários	51.426	46.740
Plano de Previdência Complementar	51.426	46.740
Obrigações Fiscais	24.857	22.346
Parcelamentos Fiscais - Federais	4.463	6.252
Tributos Municipais	1.179	1.179
Outras Obrigações Fiscais	19.215	14.915
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Não Circulante	76.283	69.086

A Companhia (Codern - Sede e Porto de Maceió) discute judicialmente a forma de apuração das contribuições ao PIS e à COFINS, sustentando o enquadramento no regime cumulativo, em razão da imunidade tributária aplicável às suas atividades.

Em decorrência das decisões judiciais favoráveis em primeira instância e da tramitação do processo em grau recursal, a Companhia vem efetuando o recolhimento das contribuições pelo regime cumulativo e, paralelamente, reconhece e deposita judicialmente as diferenças apuradas em relação ao regime não cumulativo.

Em 30 de setembro de 2025, dentro do montante de R\$ 19.215, registrado no passivo não circulante - outras obrigações fiscais, consta R\$ 9.684 referente às diferenças de PIS e COFINS cuja exigibilidade encontra-se suspensa, em contrapartida aos valores registrados no ativo realizável a longo prazo, na rubrica de depósitos judiciais, até o desfecho definitivo das demandas judiciais.

No que diz respeito aos valores de R\$ 5.121 (curto prazo) e R\$ 51.426 (longo prazo) relativos ao Plano de Previdência Complementar, em 25 de fevereiro de 2025, foi celebrado Termo de Conciliação entre a Companhia Docas do Estado do Rio Grande do Norte - CODERN, juntamente com o Porto de Maceió, e o PORTUS - Instituto de Seguridade Social. O acordo, homologado no âmbito da Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal - nº 00001/2025/CCAF/CGU/AGU, visa à extinção de litígios judiciais históricos envolvendo obrigações previdenciárias do plano PBPL e seus planos cindidos.

A proposta final resultou em um compromisso financeiro individualizado de: R\$ 33.832 mil por parte da CODERN; e R\$ 32.951 mil pela APMC (Porto de Maceió), totalizando R\$ 66.783 atribuídos à atuação conjunta das duas entidades patrocinadoras.

O acordo representa uma significativa redução no passivo previdenciário decorrente da aplicação de deságios acordados entre as partes e contribui diretamente para o equacionamento das obrigações atuariais perante o PORTUS.

Os Termos de Composição e Ajuste de Dívida (TCDs) individuais entre cada patrocinadora e o PORTUS foram formalizados em 11/04/2025, com pagamento da 1º parcela em maio/2025, o qual foram financiados em 144 parcelas mensais, calculadas segundo o sistema Price de amortização e acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC sobre o saldo devedor. Cabe ressaltar que a parte que cabe a APMC, foi feito um aporte inicial de R\$ 10.000 mil em parcela única, no ato do acordo.

14. Outros passivos

Os valores de outros passivos correspondem principalmente a valores de caução para garantia de contratos ou serviços e outras obrigações, onde detalhamos a seguir:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Caução para Garantia de Contratos ou Serviços	1.350	2.590
Valores Pendentes de Classificação	137	142
Outras Obrigações	221	52
CPMF	1	1
Obrigações Societárias	1	1

Total Outros Passivos	1.710	2.786
-----------------------	-------	-------

15. Receitas Antecipadas

Os valores correspondem a antecipação de receita originados dos leilões nº 07/2021-Antaq da área MAC13 (Porto de Maceió), nº 09/2021-Antaq em relação ao Terminal Salineiro de Areia Branca, nº 03/2023-Antaq da área MAC11 (Porto de Maceió), nº 02/2023-Antaq da área Mac11A (Porto de Maceió), nº 04/2023-Antaq da área Mac12 (Porto de Maceió), nº 10/2023-Antaq da área Mac15 e nº 07/2024 da área Mac 16. Os valores recebidos antecipadamente ou em função de outorga serão realizados como receita no prazo do arrendamento. Os valores referentes às outorgas dos contratos com a Vibra Energia (MAC 11), Ipiranga S.A. (MAC 12), Origem Energia (Mac 11A) e Intermarítima (Mac 15) foram atualizados monetariamente com base no índice IPCA.

Arrendatária	Total de Meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2024	(+)	(-)	Saldo em 30/09/2025
Intersal - Terminal Salineiro de Areia Branca	300	268	14.190	-	(466)	13.724
Empat - Mac 13	300	268	8.087	-	(267)	7.820
Vibra Energia - Mac 11	300	281	60.198	1.094	(1.860)	59.432
Origem Energia - Mac 11A	300	281	39.233	2.603	(1.274)	40.561
Ipiranga Prod. de Petróleo - Mac 12	300	281	107.354	1.783	(3.326)	105.812
Intermarítima Ltda - Mac 15	60	46	893	53	(154)	792
Conselho Britto - Mac 16	60	60	-	1.451	(73)	1.378
Total			229.956	6.983	(7.420)	229.519
Circulante			83.913			83.096
Não Circulante			146.043			146.423

16. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Contingências administrativas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	64.912	5.490	11.858	56	82.316
Provisões constituídas no período	389	564	0	311	1.265
Baixas de provisões	0	(3.231)	0	0	(3.231)
Reversões	(38.271)	(1.678)	(11.519)	(56)	(51.523)
Saldo em 30 de setembro de 2025	27.030	1.145	339	311	28.826

16.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 30.09.25, totalizou R\$ 1.145 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 07 processos em andamento, relativos a diferenças salariais, sendo o mais elevado os processos no valor de R\$ 108 mil, relativo a Verbas trabalhistas não pagas pela reclamada principal (terceirizada) e R\$ 95 mil, relativo à reintegração e diferenças salariais.

Na filial Maceió, temos 09 processos em andamento, com objetos sobre adicional noturno, horas extras, adicional de risco, desvio de função e equiparação salarial.

16.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde à valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 30.09.2025, totalizou R\$ 27.030 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 01 processo, correspondente ao montante de R\$ 387 mil, no qual se refere a execução fiscal da Antaq.

Na filial Maceió encontra-se registrado 01 processo em trâmite, tendo no valor de R\$ 26.644 mil, relativo à ação judicial movida pela empresa Mendes Júnior, decorrente de divergências relacionadas ao contrato de construção e execução de obras de infraestrutura no Porto de Maceió. A reivindicação tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de alegados custos adicionais e alterações nas condições inicialmente pactuadas.

16.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde à valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 30.09.2025 o montante de R\$ 339 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na filial Maceió encontra-se registrado 03 processos, sendo o de maior relevância R\$ 286 mil tendo como credor a Agência Nacional de Transportes Aquaviário - ANTAQ.

16.4 Provisões para causas administrativas

Corresponde à valores de Aplicação de auto de infração do IBAMA, registrando em 30.09.2025 o montante de R\$ 311 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

16.5 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível, trabalhista e administrativas, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 30.09.2025 somou R\$ 280.543 mil (R\$ 158.697 mil em 31/12/2024), assim especificadas:

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Causas trabalhistas	5.380	4.849
Causas fiscais	58.036	5.529
Causas cíveis	215.941	146.984
Causas administrativas	1.185	1.335
Total	280.543	158.697

17. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

A Companhia patrocina o Plano de Benefício Definido PBP1, administrado pelo Instituto Portus de Seguridade Social - PORTUS.

No exercício de 2019, a Companhia efetuou o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do referido plano, em atendimento às disposições do CPC 33 (R2) - Benefícios a Empregados, com base em relatório atuarial elaborado na data-base de referência.

O déficit atuarial vinha sendo reduzido periodicamente em decorrência do Termo de Compromisso Financeiro firmado entre a Companhia e o PORTUS. Posteriormente, foi celebrado um novo Termo de Confissão de Dívida (TCD), no qual a Companhia reconheceu formalmente obrigação financeira suficiente para a cobertura integral do passivo atuarial, apurado conforme critérios estabelecidos pelo CPC 33.

Em razão desse compromisso, o estudo atuarial do plano passou a apresentar déficit nulo em 30/09/2025, em comparação com o déficit de R\$ 4.607 mil apurado em 31/12/2024. Dessa forma, os valores reconhecidos no balanço patrimonial encontram-se integralmente respaldados pelo compromisso formal assumido pela Companhia por meio do TCD, inexistindo, na presente data, déficit atuarial a ser registrado.

Descrição	30/09/2025	31/12/2024
Déficit Atuarial	0	4.607
Total	0	4.607

18. Convênios - Terminal de Passageiros

O montante de R\$ 5.433 mil registrado nesta conta refere-se à obra realizada no Terminal de Passageiros do Porto de Maceió, executada com recursos provenientes do DNIT. Com o objetivo de esclarecer a destinação desses recursos, bem como a forma adequada de contabilização, o Porto de Maceió encaminhou o Ofício nº 62/2024, ao Superintendente do DNIT/AL, em 06/06/2024.

Posteriormente, a APMC enviou Ofício nº 014 à COPAR/STN, em 20/09/2024, solicitando orientação quanto à natureza dos recursos e ao devido registro contábil da referida obra. Em 07/01/2025, o Porto de Maceió reiterou o pedido à COPAR/STN, com o objetivo de regularizar a incorporação do bem ao patrimônio da APMC.

19. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 30 de setembro de 2025 soma R\$ 432.843 mil.

Acionistas	Em R\$	% Participação	Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
Total	432.843	181.197.364.435

20. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional até a data de 21/06/2018, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Créditos para aumento de capital - Atualizável	30/09/2025	31/12/2024
Porto de Natal e Areia Branca	108.220	98.135
Saldo Principal	26.765	26.765
Correção Selic	38.908	32.748
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	42.547	38.623
Porto de Maceió	310.667	281.681
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	310.667	281.681
Total	418.887	379.816

b. Valores registrados no Patrimônio Líquido

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional a partir da data de 22/06/2018, ocasião que a Companhia passou a ser empresa pública, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, sem correção à taxa Selic de acordo com o parágrafo único do disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - Não Atualizável	30/09/2025	31/12/2024
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Sal. de Areia Branca	67.350	67.350
Implantação do Programa do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	1.075	1.075
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal	743	743
Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional	7	7
Aquisição de Grupo-Gerador para o Porto de Natal - No Estado do RN	460	460
Melhoria e Recuperação das Inst. Elétricas - Energia Solar	4.000	4.000
Recuperação Estrutural dos Armazéns dos 1 e 2	1.600	1.600
Recuperação Estrutural dos Galpões dos 1 e 2	1.200	1.200
Defensas do Cais do Porto de Natal	10.000	0
Delfin de proteção dos Pilates da Ponte Newton Navarro	6.000	0
Total	92.435	76.435

21. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ -221 mil em 30/09/2025 (R\$ 72 mil em 30/09/2024).

Ajustes de Exercícios Anteriores	30/09/2025	30/09/2024
Contas a Receber	(770)	0
Imobilizado	(128)	0
Previdência Complementar - Portus	370	0
Previdência Social - INSS	284	0
Outros Ajustes	23	72
Total	(221)	72

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou lucro de R\$ 88.484 mil em 30/09/2025 (prejuízo de R\$ 44.964 mil em 30/09/2024), no entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas e receitas não desembolsáveis/reembolsáveis, tais como: depreciação, variação monetária passiva e provisões para contingências ou para créditos de liquidação duvidosa, bem como reversões de provisões, houve lucro na Companhia, no valor de R\$ 86.858 mil em 30/09/2025 (lucro de R\$ 18.165 mil em 30/09/2024), conforme o quadro a seguir:

Descrição	30/09/2025	30/09/2024
Resultado líquido	88.484,00	(44.964)
Ajustes ao resultado líquido		
Depreciação e amortização	9.547	8.660
Perdas/Reversão pela não Recuperabilidade de Ativos	0	(65)
Provisões/(Reversão) para contingências judiciais	(50.388)	24.493
Provisões/(Reversão) para perdas com créditos esperadas	144	(78)
Despesas de atualização monetária	39.071	30.119
Resultado líquido ajustado	86.858	18.165

22. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 28.227 mil em 30/09/2025 (ganho líquido de R\$ 2.482 mil em 30/09/2024) relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido.

23. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

Consolidado	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta dos serviços prestados				
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	22.425	22.569	5.801	5.704
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	1.523	1.683	408	422
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	11.178	14.331	2.131	2.972
Receitas por Movimentação de Cargas	0	0	0	0
Receitas de Armazenagem	3.534	7.539	164	3.231
Receitas por Diversos Padronizados	3.786	1.541	920	440
Receitas com Contratos de Arrendamento	34.867	24.681	10.099	6.880
Receitas Alternativas	1.891	4.523	312	2.195
Total da Receita bruta	79.205	76.867	19.834	21.845
(-) Impostos sobre serviços prestados	(6.942)	(7.463)	(1.841)	(2.013)
Receita líquida dos serviços prestados	72.263	69.404	17.993	19.832

Houve aumento de 4% na receita líquida do período, sendo o aumento originado principalmente das receitas do Porto de Maceió, devido as receitas com contratos de arrendamento.

24. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	13.110	12.316	4.211	4.129
Serviços	10.768	8.154	4.186	2.645
Materiais	610	175	397	94
Depreciação	8.129	7.311	2.566	2.463
Total	32.617	27.956	11.359	9.331

Houve um aumento de 17% nos custos operacionais do período, destacando-se, entre as variações mais relevantes, o grupo de serviços, em razão de honorários sobre reclamatórias trabalhistas e aluguel de bens móveis, ambos do Porto de Maceió.

25. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	19.924	18.465	7.132	6.466
Serviços de Terceiros	8.624	6.888	3.219	2.244
Utilidades	154	257	83	125
Despesas Gerais	2.590	1.958	922	896
Depreciação	590	655	196	222
Total	31.882	28.223	11.552	9.953

Houve um aumento de 13% nas despesas operacionais do período. Entre as variações mais significativas, destacam-se: (i) o grupo de pessoal, em decorrência dos reajustes previstos no Acordo Coletivo de Trabalho; (ii) o grupo de serviços de terceiros, em função dos gastos com locação de mão de obra de apoio às atividades administrativas no Porto de Maceió e Limpeza, manutenção e Conservação; e (iii) o grupo de despesas gerais, impactado principalmente por gastos com viagens e passagens aéreas.

26. Despesas com perdas estimadas sobre créditos

Refere-se às Perdas Estimadas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativas a valores a receber de clientes, bem como às provisões para depósitos e bloqueios judiciais.

Descrição	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para perdas estimadas sobre créditos	(1.407)	(354)	(295)	(55)
versão de provisões	1.263	432	484	206
Ido líquido de provisões constituídas	(144)	78	189	151

27. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas, cíveis ou fiscais de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos com êxito para a Companhia.

Descrição	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para contingências	(1.157)	(31.523)	(529)	(27.700)
Reversão de provisões	51.545	7.030	1.594	64
Saldo líquido de provisões constituídas	50.388	(24.493)	1.065	(27.636)

Houve, no período, reversão de R\$ 51.545 mil relacionada a contingências cíveis e fiscais. No âmbito cível, a reversão decorreu do Termo de Confissão de Dívida (TCD) firmado com o PORTUS, que resultou na suspensão de todos os processos judiciais então em curso. Já no âmbito fiscal, a reversão refere-se a cobranças de ICMS relativas a exercícios anteriores, em razão de processo de reconhecimento de imunidade tributária atualmente em trâmite.

28. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas eventuais recebidos de clientes, reembolso de despesas ou reversão de déficit atuarial, bem como despesas eventuais como ajustes de estoques por extravios, avarias ou perdas, e multas sofridas por órgãos reguladores.

Descrição	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2025	2024	2025	2024
Outras Receitas	15.069	2.544	13.700	484
Reembolso de Despesas	47	43	26	0
Taxa para Operação Portuária	1	0	0	0
Reversão de déficit atuarial	15.021	1.015	13.674	345
Venda de Almoxarifado ao Arrendatário	0	1.486	0	139
Outras Despesas	(6)	(1.830)	(1)	(1.270)
Ajustes de Estoques	(6)	(11)	(1)	(10)
Multas	(0)	(392)	0	(12)
Custo Almoxarifado vendido	0	(1.427)	0	(1.248)
Total de Outras Receitas/Despesas	15.063	714	13.699	(786)

29. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e rendimentos de aplicações financeiras. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros e variação monetária da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social e variações monetárias decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

Descrição	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras	69.927	7.990	4.662	2.978
Juros Ativos	232	300	119	192
Variações Monetárias Ativas	161	228	8	22
Multas Ativas	168	20	104	8
Descontos Obtidos	56.628	1	0	1
Juros s/ ações	2	1	1	0
Juros e Correção monetária s/ Dep. Recursal	25	18	20	15
Rendimentos s/ Aplicação Financeira	12.712	7.422	4.409	2.739
Despesas Financeiras	(53.461)	(41.809)	(17.101)	(12.413)
Juros Passivos	(1)	(25)	0	(2)
Variações Monetárias	(4.584)	(184)	(692)	(2)
Encargos Financeiros AVP	(467)	0	(220)	0
Atualização Monetária	(495)	(520)	(196)	(156)
Despesas Bancárias	(105)	(100)	(32)	(39)
Multas	(0)	0	25	0
Juros s/PORTUS	(4.798)	(6.791)	(656)	(1.676)
Variação Monetária s/PORTUS	(3.232)	(3.483)	(295)	(694)
Variação Monetária s/Créditos de Acionista - Decreto 2.673/98	(39.071)	(30.119)	(14.773)	(9.651)
Atualização Monetária - INSS	(684)	(582)	(252)	(192)
Var. Mont. s/ dívida CODERN	0	(2)	0	0
Outras Despesas Financeiras	(25)	(3)	(10)	(1)
Total do resultado financeiro	16.466	(33.819)	(12.439)	(9.435)

Houve um aumento de 775% na receita financeira, decorrente, principalmente, dos de deságio obtido na negociação do TCD do Portus, além dos rendimentos sobre aplicações financeiras. Quanto à despesa financeira, registrou-se elevação de 28%, destacando-se, entre as variações mais relevantes, a conta de variações monetárias, em função da atualização da dívida previdenciária do Porto de Maceió, bem como da atualização monetária sobre créditos destinados ao aumento de capital.

30. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN, revisada conforme PL.1011.01, versão 3.0.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

31. Eventos Subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes que possam afetar as demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2025, passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

PAULO HENRIQUE DE MACEDO CARLOS
Diretor Presidente
CPF N° 590.476.905-91

PAULO HENRIQUE DE MACEDO CARLOS
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 590.476.905-91

PAULO SIDNEY GOMES SILVA
Diretor Técnico Comercial
CPF N° 897.342.034-87

ADRIANA CUNHA DE SIQUEIRA
Gerente de Recursos Financeiros
CPF N° 829.217.924-00

ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF N° 201.065.804-34



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria de Sena, Analista Portuário: Contador**, em 16/12/2025, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Cunha de Siqueira, Gerente de Recursos Financeiros**, em 16/12/2025, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Macedo Carlos, Diretor Presidente**, em 16/12/2025, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Sidney Gomes Silva, Diretor Técnico Comercial**, em 16/12/2025, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10667256** e o código CRC **D0E0EDC2**.



Referência: Processo nº 50902.001428/2025-41



SEI nº 10667256